

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 42.761 - PR (2011/0114452-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : CHEBLI MITRE ABOU NABHAN E OUTROS
ADVOGADO : ANTONIO CARLOS CORDEIRO - PR020728
EMBARGADO : SUL AMÉRICA SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : FERNANDO NEVES DA SILVA E OUTRO(S) - DF002030
MARCIO ALEXANDRE CAVENAQUE E OUTRO(S) - PR027507
ADVOGADA : ADRIANA BARBOSA DE CASTRO E OUTRO(S) - DF028638
ADVOGADA : CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA E OUTRO(S) -
DF032288

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por CHEBI MITRE ABOU NABHAN e OUTROS contra decisão que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial interposto por SUL AMÉRICA SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A.

Em suas razões, os embargantes sustentam a existência de omissão quanto à *"definição de como ficarão os prêmios/mensalidades pagas até o momento, ou seja, se os sinistros ocorridos na vigência da liminar concedida serão devidamente honrados ou se os prêmios pagos pelos segurados deverão ser devolvidos aos segurados, sob pena de enriquecimento ilícito do segurador"*.

Requerem o provimento dos embargos de declaração e a reforma da decisão agravada. (fls. 1185-1188)

A parte agravada apresentou impugnação às fls. 1190-1194.

É o relatório.

Os embargos de declaração tem como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese, não se verifica a alegada omissão julgado, pois a questão suscitada nos presentes embargos de declaração não foi debatida nas instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nessas condições, ausente o alegado vício na decisão embargada, verifica-se o nítido o propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso por meio da via processual escolhida.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator